

## **O Blog como Mídia de Interação: uma visão ecossistêmica<sup>1</sup>**

Jonária FRANÇA da Silva<sup>2</sup>  
Denize PICCOLOTTO Carvalho Levy<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Amazonas

### **RESUMO**

O uso da internet por pessoas das mais variadas classes sociais tem proporcionado o surgimento de cenários diferenciados da comunicação em instituições públicas e privadas. No Amazonas, membros do Poder Legislativo Estadual já aderiram às atuais formas de comunicação para, de alguma maneira, se comunicar com a sociedade e manter-se mais próximo dos cidadãos. Este trabalho se propõe a entender, a partir dos estudos dos ecossistemas comunicacionais, o comportamento dos deputados estaduais diante de seus *blogs*, para tanto, foram feitas observações nas páginas dos *blogs* de oito deputados, por um período de 30 dias, no mês de outubro de 2011, aplicou-se junto aos parlamentares, de forma presencial, questionários com perguntas abertas e fechadas e entrevistas semi-estruturadas para constatar, contrapor e comparar as informações coletadas nas páginas.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunicação; deputados estaduais do Amazonas; cidadãos; *blogs*.

### **O Blog como Mídia de Interação: Uma Visão Ecossistêmica**

Na atual dinâmica social a convivência mais próxima, ocasionada pela internet, vem quebrando as barreiras comunicacionais existentes. O contato via rede mundial de computadores já faz parte do cotidiano de todos, independente da classe social. Com isso, mesmo que não tenha acesso à internet em casa, o cidadão está conectado. O contato com a Rede ocorre de várias formas. Por meio da empresa na qual trabalha, pelo celular que também está conectado à rede mundial de computadores e, até mesmo nas *lan houses* que

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT5 Multimídias: GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam); Jornalista. Professora da Faculdade Boas Novas. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Arte e Tecnologia Interativa (Geparti). Pesquisa financiada pela Agência de Fomento do Amazonas (Fapeam), e-mail: jonariafranca@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universitat de les Illes Balears (2003) e Pós-doutora em Tecnologia Educacional pela Universitat de les Illes Balears (2007). Atualmente é professor Adjunto, Nível IV, da Universidade Federal do Amazonas, ligada ao Departamento de Artes e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCCOM). Também é líder do Grupo de pesquisa: Estudo e pesquisa em artes e tecnologia interativa e integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciências da Comunicação, Informação, Design e Artes (INTERFACES). Orientadora do trabalho, e-mail: [piccolotto.levy@gmail.com](mailto:piccolotto.levy@gmail.com).

vendem a internet como serviço. Para visualizarmos essa mudança, em 2008 no Amazonas, ano do último levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), um percentual de 30,2% da população, a partir dos dez anos de idade, tiveram acesso à internet. Levando-se em consideração a população estimada em 3.483.985 pessoas, significa que 105.263,47 mil delas navegaram na *Web*, dessas 78,8%, o correspondente a 82,9 mil, acessaram com a finalidade de se comunicar com outras pessoas.

Os dados do IBGE revelam que a maioria da população amazonense acessa a *Web* fora de suas residências, no geral, de centros de internet grátis ou de locais pagos (*lan houses*). De acordo com a pesquisa, 64,8% das pessoas utilizam-se desses mecanismos para navegar na Rede, o equivalente 68,2 mil pesquisados. Ao citar isso tudo queremos chamar a atenção para uma realidade dos tempos atuais, onde centenas de computadores interligados entre si permitem que pessoas do mundo inteiro mantenham contato a qualquer instante.

Ao perceberem que a internet permite o compartilhamento mútuo de conhecimento e experiências, pessoas jurídicas e físicas passaram a adotar as ferramentas da *Web 2.0*<sup>4</sup> como formas diferenciadas de comunicação e o meio político tomou gosto pela dinâmica comunicacional proporcionada, principalmente com as Mídias Sociais Digitais Interativas (MSDI) como o *blog*. No Amazonas, entre os membros do Poder Legislativo, a adesão à *Web* ficou mais intensa a partir da 16ª Legislatura (2007-2010) e conquistou mais adeptos na Legislatura atual (a 17ª), que corresponde ao período de 2011 a 2014, onde os 24 parlamentares já se encontram com páginas na internet.

Diante de tal conjuntura, procurou-se estudar como os deputados estaduais do Amazonas, possuidores de *blog*, se comportam ao utilizarem essa ferramenta comunicacional para interagir com a sociedade amazonense. Temos como uma das bases desse estudo o pensamento de Recuero (2009), a qual cita as mídias sociais digitais como ferramentas que permitem a troca e o compartilhamento de conteúdo e, ao fazerem isso, favorecem a interatividade, logo, vamos tratá-las como Mídias Sociais Digitais Interativas (MSDI).

A visão de *blogs* como ferramenta de interatividade apoiou-se no pensamento de Orduña (2007), para o qual esse tipo de mídia permite aos indivíduos a convergência em redes sociais. Buscamos entender os efeitos que a interatividade por meio dos *blogs* provoca entre deputados e cidadãos no Amazonas a partir do conceito de Primo (2008) sobre sujeito

---

<sup>4</sup>Segunda geração da Internet, na qual são disponibilizados serviços de rede onde, por meio de plataforma, é possível compartilhar informações e interagir com a produção cooperada. São exemplos dessa geração as mídias sociais: *Blogs, Orkut, Facebook, Twitter, Wikipédia e YouTube*.

interagente. O autor assim define aqueles sujeitos cujos contatos pela internet resultem em algum tipo de relação, promovendo a interação mútua. Nesse caso, a interação é provocada quando, da relação entre os sujeitos envolvidos na comunicação, se estabelece um contato do qual irá resultar em um diálogo gerador de conteúdo informacional.

Sabemos que com a internet, especialmente a partir do uso das MSDI, vive-se uma multiplicação nas formas de se fazer comunicação, que passou a ser multilateral, com vários sujeitos se comunicando entre si e compartilhando informações, o que nos remete aos conceitos de ecossistemas, conjunto de organismos cujo funcionamento é resultado de um trabalho de interligação, onde cada ser ou cada elemento pertencente a esse conjunto é importante para a existência ou sobrevivência das espécies que o formam.

O ecossistema resulta de duas palavras gregas, que ao traduzi-las para o português temos *oikos* e *systema*. A primeira significa casa e a segunda, o sistema onde vivem os seres ou as espécies. Logo, ecossistema é o local onde habitam, convivem ou vivem os seres vivos. Estes, por sua vez, formam redes de comunicação que independem da relação entre si e seu meio ambiente (espaços onde os seres vivem, convivem e se relacionam).

Nessa relação a comunicação é fundamental e funciona como base para a sobrevivência de todos os elementos da sociedade que formam o ecossistema. Dentro dele (o ecossistema) a sociedade é organizada por uma complexa rede composta por elementos que possuem características próprias, cada um deles possui função dentro do sistema e são responsáveis por promover a sua harmonia (do sistema). O equilíbrio do ecossistema é, portanto, resultado de ações individuais, as quais são geradoras da coletividade.

Um exemplo prático para o entendimento dessa interligação feita por meio da comunicação dentro do sistema é a organização das formigas. A olho nu, se observarmos seus comportamentos na luta pela sobrevivência da espécie, num simples carregamento de folhas, percebemos que cada uma delas comunicam-se entre si. Ao transportarem os pedaços de folhas para dentro de seus ninhos, as formigas percorrem caminhos e, no decorrer das filas que formam, trocam informações. No ir e vir, cada uma com seu minúsculo pedaço de folha, faz um trabalho individual que se torna coletivo.

A atividade das formigas aqui citadas é apenas para ilustrar como se daria o comportamento dos organismos para o funcionamento do ecossistema, onde as espécies trabalhando de forma conjunta, se interligam por meio da comunicação, com isso, possibilitam a existência da vida.

Dentro dessa perspectiva ecossistêmica trabalhamos o uso de *blogs* pelos deputados estaduais do Amazonas com base na ideia de eco-organização de Morin (2002), para o qual a auto-organização sistêmica dos seres vivos nasce de um estado de desordem. Significa dizer que para se tornarem organizados dentro de um sistema, os seres vivos passariam primeiramente por uma desordem para, então, encontrarem seu estado de organização. Sem isso, acredita Morin (2002), os seres vivos seriam incapazes de se auto-organizar.

Durante o estado de desordem é que os seres vivos colheriam as informações necessárias para construir sua ordem dentro do sistema e, de posse das informações, as espécies se fortaleceriam garantindo suas sobrevivências a partir das experiências ocorridas no processo de auto-organização. Do ponto de vista do qual partimos, o uso das MSDI pelos deputados estaduais do Amazonas vive um momento de adaptação a circunstâncias que dinamizam, logo transformam suas funções no sistema. Portanto, para nós a participação dos deputados no universo virtual é uma forma de construir estruturas próprias (LUHMANN, 2009) que permitam a reorganização de suas funções em circunstâncias das mudanças sistêmicas promovidas pelas MSDI.

No Amazonas, entre os deputados que concorriam à reeleição em 2010, observaram-se inúmeras tentativas de reorganização de função no tipo de propaganda política. Ao adentrarem na Rede, adaptaram-se a ela. Ainda que de forma tímida, parlamentares utilizaram-se da internet para divulgar seus nomes e, no interesse de firmarem-se na Rede como candidatos, disponibilizaram uma diversidade de produtos para que os eleitores pudessem ter acesso. Uns deixaram a arte das camisetas para fazerem o *download* (baixar) e assim providenciar a impressão; outros puseram os *jingles* (propaganda em forma de música) também para serem baixados, havia ainda *banners*, santinhos (cartaz com a foto do candidato) e praguinhas (adesivos).

A disponibilidade de variados tipos de propaganda nas páginas dos deputados é uma forma de adaptação às mudanças impulsionadas pela rede mundial de computadores. Como nos coloca Luhmann (2009), ao adentrarem na internet com suas páginas pessoais, os sujeitos buscam construir suas próprias estruturas, em se tratando de políticos em ano de eleição, a construção é voltada para formas atuais de divulgação. Em Capra (2002) e Maturana e Varela (2001) essa construção possibilita a autopoiese, estado em que não somente os seres vivos, mas todos os integrantes de um sistema, ao se produzirem num processo evolutivo, auto-organizam-se. Luhmann (2009) sugere que quando o organismo se produz, cria suas próprias estruturas para tornar-se organizado dentro de seu próprio sistema. Maturana e

Varela (2001) complementam que a organização é possível a partir das interações entre os organismos.

Observando os *blogs* dos deputados estaduais do Amazonas sob a perspectiva da autopoiese (MATURANA e VARELA, 2001) nota-se que atualmente esses agentes políticos, para auto-produzir-se, estão ajustando suas funções autônomas às novas condições sistêmicas de organização, pois a internet, com suas MSDI disponíveis apresenta-se como o novo para eles, isso demanda ajustes na maneira de ver e utilizar a *Web* em favor próprio ou da sociedade que representam.

### **Da ágora grega à ágora eletrônica**

Para compreender a dinâmica atual de comunicação entre deputados e cidadãos proporcionada pela internet, buscamos entendimento da relação social do homem a partir de sua formação em sociedade. Direccionamos nosso olhar para a construção de suas organizações e a maneira como buscavam o bem comum, tendo como base de suas inquietações o compartilhamento de ideias na chamada democracia grega, onde os cidadãos, respeitando algumas limitações e cumprindo as regras estabelecidas pelos governos, contribuía com o desenvolvimento da sociedade.

De acordo com Aristóteles (2007), cada governo, seja tirania, oligarquia, monarquia ou república, possui um tipo de democracia com um ponto em comum em quaisquer desses sistemas governamentais, que é a liberdade para os cidadãos manifestarem-se a respeito de assuntos de seus interesses. Para o autor, no governo republicano estaria o melhor tipo de democracia, pois se coloca “o poder nas mãos de homens esclarecidos e quase infalíveis, sem opressão e humilhação para o povo.” (ARISTÓTELES, 2007, p.215).

Com base nesse pensamento, acreditamos que a liberdade de escolhas, de manifestação de pensamento e de ponto de vista é uma das conquistas da sociedade dentro de um sistema de governo no qual a democracia prevalece, permitindo ao cidadão decidir sobre seu futuro, além de defender seus ideais e lutar por melhor qualidade de vida. Sabe-se que na maioria das vezes, mesmo em países democráticos, as conquistas acontecem pela união de grupos de pessoas, instituições não governamentais ou da sociedade civil como um todo.

Essa união em busca de um mesmo interesse é uma das características da vida em sociedade. É a partir do convívio social que o homem passou a conquistar seu espaço, a refletir sobre seus medos, a buscar mecanismos que lhes dessem garantias de sobrevivência.

Parafrazeando Platão, pode-se dizer que o convívio social, assim como a educação citada por esse filósofo grego, permite ao homem sair das cavernas, pois as discussões de ideias impulsionam sua forma de pensar e de agir, provocando mudanças a partir de suas ações e inquietudes.

Ao conviver em sociedade, o homem sai de um mundo solitário, no qual sua existência dependia única e exclusivamente de si mesmo e passa, portanto, a depender de outras pessoas para sobreviver. A dependência aqui destacada é aquela na qual o indivíduo precisa de ações de outros sujeitos para resolver suas demandas. Do convívio em grupo emergiu a organização social, cuja responsabilidade é atribuída ao surgimento da família enquanto instituição. Desde então, as formas de organização foram se aprimorando, deram origem aos diversos tipos de governos, cada um na figura representativa do Estado enquanto Poder. Este por sua vez, possui suas especificidades e regras que conduzem a sociedade, dentro de suas ideologias.

No caso de governos republicanos como no Brasil, que possui um sistema federativo onde a forma de governar é a presidencialista, o Poder do Estado é concentrado no Executivo, representado pelo presidente da república, governadores e prefeitos. O Executivo divide o poder de conduzir os interesses da sociedade com o Legislativo, que é composto pelas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, com o Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e Senado.

O Poder Judiciário, constituído pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais e Federais, Tribunais do Trabalho, Tribunais Eleitorais, Tribunais Militares, Tribunais dos Estados e o Tribunal do Distrito Federal, nos quais se encontram os Juízes dos Estados, também contribui com o Estado. Ao Legislativo cabe o poder de legislar, criando as leis que regem as regras da sociedade e, de fiscalizar as atividades do Executivo, enquanto o Judiciário tem como função, julgar as leis e fazer cumprir a Constituição.

Ao trazer à tona essa breve discussão sobre as formas de governo e o Poder que o Estado possui por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, conseqüentemente se faz necessário tecer algumas linhas a respeito do papel que o cidadão possui diante dos mesmos, no sistema de governo democrático, como o do Brasil.

É importante destacar que em nosso país a escolha dos representantes do povo, nos poderes Legislativo e Executivo, acontece por meio do voto nas eleições majoritárias (presidente e senadores) e, nas proporcionais (vereadores, deputados federais, deputados estaduais e

distritais). Diante disso, cabe ao eleitor, dentro do sistema democrático no governo republicano e presidencialista, acompanhar o desempenho dos eleitos no decorrer do mandato, assumindo tal função ele cumpre com o dever de cidadão e exerce, portanto, a cidadania. Sobre os conceitos de cidadania, Manzini-Covre (2006) ressalta que a mesma não se aplica apenas ao direito de votar. Para a autora, ser cidadão significa acima de tudo, ter direitos e deveres, conforme descrito na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948.

Sua proposta mais funda de cidadania é a de que todos os homens são iguais perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabe o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer. E mais: é um direito de todos poderem expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Enfim, o direito de ter uma vida digna de ser homem. (MANZINI-COVRE, 2006, p.9).

Ao mesmo tempo em que o cidadão tem direitos assegurados é importante atentar-se aos seus deveres, incumbindo-se da responsabilidade de promover a existência dos direitos a todos, lutar pelo bem comum da sociedade, participando, quando necessário, de movimentos sociais e de assembleias para discutir ideias, como faziam os cidadãos abastados das cidades-estados da Antiga Grécia. Os primeiros delineamentos sobre os conceitos de cidadania que conhecemos nos dias atuais foram dados na Grécia, quando aos gregos era permitido manifestar em público seus pensamentos e pontos de vista. Originária das pólis ou cidades-estados, a cidadania grega serve de referência para a democracia, uma vez que consentia aos homens nascidos livres, a participação na política ativa e contínua, num sistema democrático direto.

A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadãos. Na atuação de cada indivíduo, há uma esfera privada (que diz respeito ao particular) e uma esfera pública (que diz respeito a tudo que é comum a todos os cidadãos). Na pólis grega a esfera pública era relativa à atuação dos homens livres e à sua responsabilidade jurídica e administrativa pelos negócios públicos. Viver numa relação de iguais como o da pólis significa, portanto, que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, sem violência. Eis o espírito da democracia. Mas a democracia grega era restrita, pois incluía apenas os homens livres, deixando de fora as mulheres, crianças e escravos. (MANZINI-COVRE, 2006, p.17).

Mesmo na Grécia, cuja cidade-estado de Atenas é considerada o berço da democracia, por permitir a participação dos homens nas assembleias, a liberdade era limitada. Isso ocorria

porque dispunham desse privilégio somente os homens nascidos nas cidades-estados e que fossem maiores de 60 anos. Aos estrangeiros, mulheres, crianças e escravos o direito de participar das decisões políticas era proibido. Trazendo esse olhar para a realidade atual do sistema político do Brasil, embora ainda existam muitos empecilhos para o cidadão exercer seus direitos e deveres e atuar de maneira mais presente nas decisões ou delineamentos político do país, as barreiras são inferiores às enfrentadas, por exemplo, por brasileiros que conviveram com o regime militar. Qualquer cidadão seja homem, mulher, jovens, adultos, idosos, incluindo todos os tipos de raça, credo e cor podem interferir na política.

O mesmo direito de igualdade conquistado pela população brasileira não gozavam os gregos, considerados os pais da democracia. Em cidades como Atenas, mesmo com toda liberdade permitida na hora de opinar sobre política, economia e a administração pública, existiam as restrições de participação, voz e vez para os gregos. Na Acrópole, centro político-administrativo das pólis, onde se localizava o templo central, edifícios públicos e a *Ágora*, onde aconteciam os debates e decisões políticas das cidades-estados, as regras incluíam a não participação de mulheres, escravos, entre outros. Tais regras existem para evitar a desordem na sociedade.

A manutenção de certos costumes ainda persiste desde os tempos da *Ágora*, na Antiga Grécia e, os espaços destinados às participações dos cidadãos na política de suas cidades vêm se aprimorando, embora a manutenção das características dos locais onde a política de fato acontece com maior intensidade seja marcante, nos remetendo à figura da Acrópole. Basta um olhar mais aguçado e com visão política para perceber que a herança político-administrativa dos gregos se faz presente em grande parte das cidades. No Brasil, o exemplo mais próximo é Brasília, capital do país, que concentra os três poderes e mais os prédios públicos com a Esplanada dos Ministérios, em um só espaço. Se comparado com a antiga pólis grega, a Praça dos Três Poderes de Brasília é a Acrópole brasileira. Além de reunir os Poderes que decidem as regras do país, também serve como ambiente para a manifestação popular, a luta por ideais, protestos e a busca de melhoria para a sociedade organizada. Sem embargo, pode-se dizer que o local é um espaço onde o cidadão exerce seus direitos e deveres.

Outras cidades do país mantêm a concentração dos poderes em um só lugar, o que já não acontece mais em Manaus. Por conta do crescimento populacional e o aumento de veículos, houve a descentralização da sede do governo, que saiu do Palácio Rio Negro, na Avenida 7 de Setembro para um prédio na Estrada Torquato Tapajós, na Zona Norte, e em seguida,

para a Compensa, na Zona Centro-Oeste. A sede da Prefeitura, por conta de uma reforma no prédio histórico situado na Praça D. Pedro II, no Centro, também mudou de lugar e hoje funciona no bairro Compensa, Zona Oeste. Na sequência, a Câmara dos Vereadores e a Assembleia Legislativa deixaram a Avenida 7 de Setembro, no Centro, pelo bairro Santo Antônio, na zona Oeste e o de Flores, Zona Centro-Sul, respectivamente.

Observa-se, contudo, que algumas cidades ainda mantêm suas “Acrópole”, preservando os espaços para a participação dos cidadãos mesmo quando os Poderes mudam de endereço, embora o enraizamento da herança grega caminhe para o fim. Nas Assembleias Legislativas e Câmaras, essa constatação sobre a herança grega é mais visível. Em ambos os casos existem as galerias destinadas aos cidadãos, que podem acompanhar as reuniões plenárias.

Nessas casas legislativas, além do acompanhamento das discussões e votação no plenário, o cidadão tem direito de participar diretamente de debates e decisões políticas durante as audiências públicas, para isso é necessário se inscrever para seguir uma ordem com limites de participantes. Outra forma de interferir é se dirigindo a um dos representantes escolhidos pelo voto popular.

Isso tudo são exemplos de como o sujeito pode se tornar interagente dentro da sociedade, exercendo um poder político de maneira ativa com a prática dos direitos e deveres de cidadão. Sobre o direito dos cidadãos Carvalho (2009) cita que ele está dividido em civis, políticos e sociais. De acordo com o autor, para ser um cidadão pleno o sujeito deve ter esses três direitos. Aos que possuem apenas parte deles, seriam cidadãos incompletos e quem não se beneficia de nenhum direito seriam não cidadãos.

Direitos civis são direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram de garantia de ir e vir, de escolher trabalho, de manifestar pensamento, de organizar-se, de ter respeitado a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso, a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. (CARVALHO, 2009, p.9).

Na concepção do autor, o direito político se refere à participação do cidadão no governo da sociedade, e os sociais são aqueles que garantem a participação na riqueza coletiva, incluindo o direito à educação, trabalho, salário justo, saúde, aposentadoria. O artigo V da Constituição Federal do Brasil fundamenta esses conceitos com a aplicação das regras dispostas em seus artigos, nos quais estão assegurados os direitos e deveres individuais e coletivos dos brasileiros. Com o advento da internet, o cidadão passa a ter mecanismos

diferenciados de reivindicação, de participação e de compartilhamento de informações que os agrada ou desagrade no sistema político. A *Ágora*, que antes reunia pessoas com interesses comuns, passa a fazer parte de outro espaço, o eletrônico, onde milhares de cidadãos estão interlegados, tendo como suporte a rede mundial de computadores disponível em equipamentos que vão de celulares a *tablets* (dispositivo em formato de prancheta com acesso à internet), de *netbooks* e *notebooks* (computadores portáteis) a computadores de mesa.

Essas mídias digitais, que permitem a interação social entre as pessoas a partir do acesso à internet, estão presentes no meio político, contudo, entre os deputados estaduais do Amazonas com *blogs* em atividades, a interação está distante de fazer dos sujeitos tornarem-se interagentes, como sugere (PRIMO, 2008).

### **O (des)uso dos *blogs* pelos deputados do Amazonas**

Para saber a maneira como a ferramenta *blog* vem sendo utilizada pelos parlamentares como instrumento de interlocução com o cidadão amazonense, buscamos conhecer como eles se relacionam com essa MSDI. Para isso, fizemos coleta de dados com observação nas páginas dos *blogs* por um período de 30 dias, no mês de outubro de 2011 e complementamos as informações com entrevistas feitas com os deputados Conceição Sampaio (PP), David Almeida (PSD), Luiz Castro (PPS), Marcelo Ramos (PSB), Vera Lucia Castelo Branco (PTB), Sinésio Campos (PT), José Ricardo (PT) e Cabo Maciel (PR), todos possuidores de *blogs*.

Nesse trabalho apresentamos o resultado de dois quadros elaborados a partir das observações nos *blogs*.

- O perfil parlamentar e seu interesse político
- Interferência política dos sujeitos interagentes

No quadro “O perfil parlamentar e seu interesse político” mostramos que dos oito deputados, cinco são de partidos da base do governo. Entram nessa categoria os deputados Cabo Maciel (PR), Conceição Sampaio (PP), David Almeida (PSD), que são do mesmo partido do atual governador (Omar Aziz), Vera Castelo Branco (PTB) e \*Sinésio Campos

(PT). Já os deputados \*\*José Ricardo (PT)<sup>5</sup>, Luiz Castro (PPS) e Marcelo Ramos (PSB) pertencem a legendas partidárias que fazem oposição ao governo estadual.

Do total de oito deputados, três deixaram de usar o *blog* por motivos distintos. Um deles é David Almeida, que teve a página criada pela assessoria parlamentar em setembro de 2009, visando às eleições em 2010. Por conta da legislação eleitoral, a qual foi mais rígida com relação ao uso da internet, o *blog* ficou desabastecido pelo fato de David Almeida temer punições da Justiça Eleitoral no Amazonas.

Outro deputado a deixar de utilizar a ferramenta *blog* foi Luiz Castro, que preferiu desativá-lo ao criar a página eleitoral na internet, seguindo normas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Note-se que o *site* eleitoral foi uma determinação do TSE a todos os candidatos a cargos eletivos a partir das eleições de 2010. Na entrevista Luiz Castro disse que a desativação do *blog* se deu para evitar problemas com a justiça eleitoral, entre os quais, uma possível acusação de uso da equipe de comunicação dele, paga com verbas do gabinete, portanto, dinheiro dos cofres da Assembleia Legislativa do Amazonas.

A cobrança pelo uso da página foi outro fator a influenciar a saída de Luiz Castro do *blog*. Ao deixar de ter o serviço gratuito, o deputado, em discussão com a equipe de comunicação, preferiu optar pelo uso do *microblog Twitter e do Facebook* por serem, na opinião dele, mídias de maior acesso e com maior possibilidade de interação. Castro também aproveitou para criar um *site* pessoal. A deputada Vera Castelo Branco também aparece entre os deputados estaduais do Amazonas que possuem *blog*, todavia, a página possui apenas duas postagens com data de 20 de março de 2007. Desde lá, a ferramenta, que foi abastecida com informações de cunho jornalístico, e que tem a deputada como autora das postagens, ficou sem utilização.

A página, de acordo com a Vera Castelo Branco, foi criada por um ex-assessor parlamentar e com a saída dele o *blog* ficou desabastecido. Embora esteja sem uso, a deputada considera a ferramenta um importante meio de divulgação de seu trabalho, no entanto, a preferência dela está no uso do *Facebook*. A parlamentar acredita que para quem vive de avaliação popular, como é o caso dos políticos, estar na internet é algo valioso, além disso, não há

---

<sup>5</sup> \*Sinésio Campos (PT)/ \*\*José Ricardo (PT). Os dois deputados são da mesma legenda partidária (Partido dos Trabalhadores), mas Sinésio Campos pertence à base do governo e José Ricardo faz oposição.

como negar que a rede trouxe ao povo uma nova maneira de se comunicar e atingir massas de uma forma simples, barata e rápida.

Dos deputados com *blog* em atividade, pode-se afirmar, com base nas publicações feitas na MSDI em discussão, que Cabo Maciel, Conceição Sampaio, José Ricardo Marcelo Ramos e Sinésio Campos possuem interesse em manter o eleitorado da capital. Ou seja, os cinco têm foco em Manaus, uma vez que muitos assuntos que interessem a população dessa cidade são postados em suas páginas. Dois desses parlamentares (Cabo Maciel e Sinésio Campos) demonstram se importar com o interior do Amazonas a partir do momento em que colocam informações sobre atividades ocorridas em cidades como Itacoatiara e Iranduba, as quais são circunvizinhas a Manaus. Nos *blogs* de Conceição Sampaio, José Ricardo e Marcelo Ramos, no período da coleta, não houve postagem de temas que situassem os municípios do interior do Estado.

Sobre o item interesse político em 2012, esse já com base nos dados de uma das respostas da entrevista, os deputados admitem ter as atenções voltadas para as eleições municipais, já que como políticos visam suas próprias ascensões ao Poder, principalmente no Legislativo Estadual. Os interesses são com focos no possível apoio político no futuro, quando é a vez dos parlamentares precisarem dos vereadores e prefeitos eleitos. Em 2011, ano pré-eleitoral, os deputados se articulam e seguem as orientações partidárias, cujas estratégias ficam a mercê das coligações, nas quais os partidos políticos se unem com interesse de eleger determinado número de candidatos.

Nos anos de eleições, até o dia 30 de junho, data em que encerra o período para os partidos coligarem, muitos políticos ficam com a situação indefinida com relação ao apoio ou até mesmo às suas candidaturas. Essas indefinições podem ser constatadas nas respostas dos deputados para no item “Interesse político”. Fugindo a essa regra das estratégias eleitorais, Cabo Maciel respondeu não ter interesse em candidatar-se ao cargo majoritário, principalmente em Itacoatiara. O município aparece em quase todas as postagens feitas em seu *blog* no período da coleta de dados.

Sobre suas pretensões de ocupar o cargo de prefeito no município de Itacoatiara, Cabo Maciel disse existir um grupo político que o apoia com o qual deverá caminhar nessas eleições de 2012. Além disso, ele avaliou não poder ser candidato a prefeito porque outros grupos, inclusive em outros municípios, o apoiam. Para não se indispor, prefere apenas dar apoio com a expectativa de receber a adesão dos apoiados em 2014, já que concorre a reeleição. Conceição Sampaio disse preferir esperar o desenrolar das negociações

partidárias. Em sua resposta, a deputada destacou que todo político tem interesse nas eleições futuras e deseja crescer alcançando cargos mais elevados, como o Executivo, por exemplo. No partido ao qual está filiada, o Partido Progressista, em dezembro de 2011 os apoios políticos ainda estavam indefinidos, por isso Conceição disse estar aguardando o momento certo para revelar se iria unir-se ao grupo político do governador Omar Aziz, do Partido da Social Democracia ou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do senador Eduardo Braga. Mesmo assim, a deputada deixou claro que se fosse de interesse da legenda, seria candidata ao Executivo, como vice ou como candidata a prefeita, mas tudo dependeria única e exclusivamente do PP.

Utilizando-se de exemplos de políticos do passado, Sinésio Campos argumentou que para o político, quando encerra uma eleição, inicia-se outra. Por isso, nas eleições de 2012, também seguiria a estratégia de apoiar alguém para ser apoiado quando precisasse. Para isso, assegurou ter adotado o critério da capacidade de gestão do candidato para dar o apoio e que, o apelo político não faria parte de sua escolha. Da mesma forma, apesar de não ter definido especificamente os nomes, garantiram apoio político a candidatos a cargo de vereador e prefeito no Amazonas, os deputados José Ricardo e Marcelo Ramos. Ambos seguem pensamentos semelhantes dos demais: o de que todo político precisa apoiar para ser apoiado.

### **Interferência política dos sujeitos interagentes**

O quadro chamado de “Interferência política dos sujeitos interagentes” foi distribuído em seis itens: números de sugestões feitas pelos cidadãos, críticas, reclamações, manifestação de apoio, pedido para a comunidade (coletividade) e pedido individual.

Na análise constatou-se que dos cinco *blogs* ativos, três tiveram algum tipo de participação do cidadão, mas sem retorno do deputado. Corroboramos que nos 30 dias de coleta, somente os *blogs* dos deputados Cabo Maciel, Conceição Sampaio e Marcelo Ramos tiveram comentários, os demais permaneceram sem contato. Os comentários nas páginas tanto da Conceição quanto de Cabo Maciel, um total de dois cada um, encaixam-se no item manifestação de apoio. Em ambos os casos os sujeitos fazem elogio à atuação dos parlamentares.

Já Marcelo Ramos teve quatro comentários, sendo uma sugestão sobre o que escrever em seus artigos, um criticando o governo de Amazonino Mendes (PDT), atual prefeito de

Manaus, um comentário é reclamação ao prefeito de Manaus e um trata de manifestação de apoio ao trabalho de Marcelo Ramos.

### **Considerações**

Os espaços comunicacionais são importantes para o desenvolvimento democrático por permitirem acesso às informações sobre o trabalho dos representantes do povo, contudo, esse fazer democrático perde um pouco de sua função quando a sociedade permanece sem participar do processo político. Nesse caso, a participação fica limitada apenas ao voto, momento em que o eleitor escolhe quem irá representá-lo junto aos Poderes Executivo e Legislativo. Ao interferir no sistema político, o cidadão contribui com o fortalecimento da democracia e o reflexo de tal participação é observado no decorrer do desenvolvimento social. Por outro lado, a participação pode influenciar em comportamentos diferentes por parte dos políticos levando a resultados favoráveis ao desenvolvimento do sistema político e social.

Pensamos que uma sociedade desenvolvida é aquela que atua veemente nas cobranças de seus interesses, na fiscalização dos serviços públicos e na vigília permanente dos representantes escolhidos para exercerem cargos eletivos, como os deputados estaduais. E uma das formas atuais de os cidadãos intervirem ativamente na política, a fim de buscarem soluções de interesse coletivo, poderia estar nas MSDI, já que permitem aos indivíduos a convergência em redes sociais pela junção ou conexão de ideias, textos e outros conteúdos informativos de opinião. (ORDUÑA *et al* , 2007).

Nesse sentido, entendemos as mídias sociais como suportes, por permitirem o desenvolvimento de relações sociais, estabelecendo integrações entre os indivíduos, logo, instrumentos como *Twitter*, *Blogs*, *Fotologs*, *YouTube*, *Orkut*, *Facebook*, *My Space*, e outros, dependendo da forma como são usados, podem tornar-se ferramentas de mobilização de forma oculta.

### **REFERÊNCIAS**

ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Nestor Silveira Chaves. Rev. da trad. Silene Cardoso. São Paulo, Ícone, 2007.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, Cultrix, 2002.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 12ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2009.

LUHMANN, N. Introdução à teoria dos sistemas. Petrópolis: Vozes, 2009.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**. As bases biológicas do entendimento humano. São Paulo. Palas Athenas, 2001.

MANZINI-COVRE, M. de L. **O que é cidadania**. São Paulo. Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros Passos.

MORIN, E. **O Método 2: a vida da vida**. Trad. de Marina Lobo. Porto Alegre. Sulina, 2002.

ORDUÑA, O. I. R. (et. e al). **Blogs: Revolucionando os meios de comunicação**. Trad. Vértice Translate. São Paulo. Thompson Learning, 2007.

PRIMO, A. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. 5ª ed. Porto Alegre. Sulinas, 2008.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre. Sulina 2009, Coleção Cibercultura.